

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Popular*

Class.: 353

Data: 28.11.91

Pg.: _____

Discutida retirada de posseiro da Ilha

Num clima de aparente concordância, lideranças indígenas, representantes da Funai, dos governos de Goiás e Tocantins, da Igreja, dos pecuaristas e dos municípios vizinhos discutiram ontem em Goiânia a remoção definitiva dos posseiros não-índios da Ilha do Bananal, cujo cronograma e plano de ação terão que ser apresentados em Brasília dentro de no máximo 30 dias. Nos discursos da primeira reunião de trabalho, todos manifestaram-se favoráveis à desocupação do Parque Indígena, mas alguns estabeleceram condições, como a indenização e realocação de posseiros, a criação de linhas de crédito para reformulação das pastagens em benefício de quem mantém gado na reserva, e a destinação de recursos da União para rompimento da eventual dependência econômica entre municípios do entorno e a ilha. Tais propostas foram defendidas pelo representante do Governo do Tocantins e presidente da Naturatins, Maurício Garcia Dutra.

Este foi o primeiro de uma série de encontros do Grupo de Trabalho Interinstitucional, criado por determinação do presidente da Funai, Sidney Possuelo, em portaria assinada na última terça-feira. Segundo a portaria, os 10 membros do grupo, além de 12 lideranças indígenas e sete instituições convidadas terão que estudar e propor medidas para retirada dos 11 mil invasores do Parque Indígena, apresentando um relatório conclusivo junto com a estratégia de ação dentro de um mês. De acordo com o superintendente regional da Funai, Amilton Gerônimo de Figueiredo, o órgão tentará montar um plano de desocupação menos traumática, ouvindo todas as partes interessadas. As providências deverão ser agilizadas pois, conforme informou o procurador da República em Goiás, Francisco Moreira Camarçó, já está prestes a receber sentença a ação civil movida pelo Ministério Público Federal contra a União, obrigando a Funai a remover os posseiros e suspender a taxa cobrada pelo aluguel de pastos.

PRESOS EM CASA

"A sociedade branca está destruindo nossa cultura, nossa organização, criando divergências, levando-nos para a prostituição e exploração. O Karajá e o Javaé não têm mais liberdade para andar e pescar dentro de sua própria terra", denunciou Daniel Coxini Karajá, uma das quase 20 lideranças indígenas presentes à reunião. Coxini alertou que a Ilha do Bananal tem despertado o interesse de grandes fazendeiros, empresários e políticos que querem municipalizar a reserva, implantar o turismo ecológico nas terras dos ín-

dios, abrir estradas e criar projetos estranhos a seus interesses. "O povo Karajá não pode recorrer a mais ninguém e deve tomar suas próprias providências", lamentou.

Fazendo referência aos índios Karajá de Aruaná, que vivem confinados em um lote no centro turístico, Daniel Coxini garantiu que seu povo está "disposto a tudo" para que o mesmo não aconteça na Ilha do Bananal. Aproveitando a ocasião, ele convidou o cacique da aldeia, Hawakati Karajá, a entregar a Carta de Aruaná ao Superintendente da Funai, relatando os graves problemas fundiários enfrentados pela comunidade. "Desde muito tempo que vivemos nesta área. A cidade aos poucos tomou nossa terra. Nosso cemitério foi violentado. Nossos parentes mortos foram jogados no rio e nem mais temos o direito de enterrar nossa gente como faziam os velhos", diz um trecho do documento.

FAZENDAS LUXUOSAS

O superintendente Amilton Figueiredo justificou a necessidade de devolver a Ilha do Bananal a seus verdadeiros donos com um relato sobre o passado e o presente dos índios Karajá e Javaé. Segundo ele, as tribos ocupavam toda a extensão do Rio Araguaia desde o século XVI e hoje estão restritas a 1 mil 755 pessoas que vivem em oito aldeias da Ilha, entre mais de 180 mil reses, 1 milhão 666 mil metros de arame farpado e 1 mil 331 retiros ou fazendas com sedes luxuosas, conjunto de geradores, pistas de avião e antenas parabólicas. "As porteiras e cercas empurram os índios para longe dos melhores terrenos, dos lagos mais piscosos e até dos sagrados locais onde enterraram seus antepassados".

Um dos usuários da Ilha do Bananal registrados na relação da Funai - dono do retiro no Lago do Mamão e de 540 bovinos e eqüinos notificados - o prefeito de Formoso do Araguaia, Domingos Pereira Coelho, teve duras críticas ao órgão e falou dos diversos serviços prestados às aldeias pela Prefeitura. Ele nega ser administrador de posses na reserva, e garante que os ocupantes da Ilha estão prontos a deixá-la, "desde que o Governo Federal reacomode estas 11 mil pessoas, cuja remoção poderá criar um problema social muito mais grave".